

Superávit fiscal

Manueto

O Governo já está começando a gerar um superávit de receita orçamentária devido às medidas econômicas adotadas a partir de 15 de março, de cortes nos gastos públicos, controle de preços, alteração no cálculo da correção monetária e redução da emissão de dinheiro: em abril o orçamento fiscal apresentou um superávit de Cr\$ 1,8 trilhão, aproximadamente, enquanto a emissão de moeda (base monetária) ficou abaixo de 4% em comparação com uma contração de 1,8% verificada em março.

Ou seja, apesar da adoção de medidas que, teoricamente, produziriam um efeito redutor da arrecadação de impostos, devido aos cortes nos empréstimos oficiais e no controle de preços, o que está ocorrendo é o inverso: as medidas de arrocho estão contribuindo para aumentar a arrecadação fiscal. A expectativa no Ministério da Fazenda é de que haverá um crescimento ainda maior na arrecadação nos próximos meses como consequência da queda da inflação. Queda da inflação refletiria na redução do custo do dinheiro, havendo, assim, um estímulo maior às atividades econômicas, que, paralelamente, corresponderia a um maior aumento da arrecadação de impostos.

Ao mesmo tempo, o Governo está agindo para melhorar a eficiência da cobrança dos impostos em atraso. A Receita Federal intensificará a partir da próxima semana a fiscalização sobre mais de 100 mil empresas que estão em atraso no pagamento do Finsocial. Será a oportunidade para aproveitar e cobrar todos os demais impostos em atraso, segundo disse o chefe da Receita, Luis Romeiro Patuly. O Governo, assim, pretende levantar recursos para canalizar aos setores sociais, a fim de dar sustentação aos programas de emergência contra a fome e o desemprego, além de destinar recursos para gastos imprevistos como os produzidos pela destruição das chuvas no Nordeste.

Entretanto, não está afastada a possibilidade de as empresas virem a resistir à investida da Receita. Na última semana, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reivindicou parcelamento dos impostos devido aos prejuízos decorrentes das greves e do controle de preços. O Governo, pelo que se ouve dos principais assessores do ministro Francisco Dornelles, não está mostrando flexibilidade. Haveria perigosa queda da arrecadação se fosse atendida tal reivindicação, num momento em que o Governo precisa levantar recursos reivindicados por setores sociais carentes; e quanto ao controle de preços, prefere-se argumentar na assessoria ministerial que a redução da inflação à custa do controle de preços é mais benéfica do que se não tivesse caído por força da ausência desse mesmo controle.

As decisões do Governo não são compatíveis com as reivindicações dos empresários no momento. Estes querem contrapartida favorável ao controle de preços refletindo em redução dos impostos; o Governo quer redução dos preços e da inflação para que a atividade econômica reaja e possa, assim, aumentar os impostos. Não existe ainda, na Fazenda, o receio de que a contenção dos preços afetará as empresas, principalmente as grandes empresas estatais, como Petrobrás e Eletrobrás, que não poderão, segundo o chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), João Luis da Silva Dias, reajustar, em maio, os preços dos derivados do petróleo e as tarifas de energia elétrica.

As duas empresas do Governo têm condições, na avaliação do ministro Francisco Dornelles, de conter os seus preços para contribuir com a queda da inflação. Em outras oportunidades, sempre que se conteve os preços, foi preciso, em etapa posterior, reajustá-lo, proporcionalmente, mais ou então fazer transferência de capital através do Tesouro para compensar queda de receita. Em outras oportunidades, essa transferência de recursos às estatais foi feita à custa de emissão ou de transferência de excesso de arrecadação. Agora, as dificuldades serão maiores porque todo excesso da arrecadação estará comprometido com a necessidade de cobrir o déficit fiscal, que poderá superar os Cr\$ 53 trilhões.

(Cesar Fonseca)